

**QUAL É O LUGAR DO BRASIL NA GEOPOLÍTICA MUNDIAL?****WHAT IS BRAZIL'S PLACE IN WORLD GEOPOLITICS?****Prof. Dr. Sidelmar Alves da Silva Kunz<sup>1</sup>****Prof. Dr. Gilvan Charles Cerqueira de Araújo<sup>2</sup>****RESUMO**

O objetivo deste artigo é expor reflexão consistente com base nos arcabouços teóricos e epistemológicos da ciência geográfica acerca da posição do Brasil na geopolítica mundial. Nessa perspectiva de verticalização do olhar investigativo considerando a dimensão estratégica, assim como a identidade da geopolítica brasileira, o território e os seus potenciais foram abordados com foco nas escalas regional e nacional, bem como em suas interfaces com a escala mundial. O estudo revela que o Brasil possui um histórico de desenvolvimento de sua importância geopolítica no sistema global de relações entre os estados nacionais, nos campos político, econômico, social, cultural e bélico. Assim, foram explorados como a geopolítica brasileira traça e compõe seus principais pontos definidores interna e externamente e o posicionamento de nossa geopolítica no jogo de poderes e interesses das potências globais.

**Palavras-chave:** geopolítica, estratégia, Brasil, escala mundial.

**ABSTRACT**

The objective of this article is to present a consistent reflection based on the theoretical and epistemological frameworks of geographic science about Brazil's position in world geopolitics. In this perspective of verticalization of the investigative look, considering the strategic dimension, as well as the identity of Brazilian geopolitics, the territory and its potentials were approached with a focus on regional and national scales, as well as their interfaces with the world scale. The study reveals that Brazil has a history of development of its geopolitical importance in the global system of relations between national states, in the political, economic, social, cultural and military fields. Thus, it was explored how Brazilian geopolitics traces and composes its main defining points internally and externally and the positioning of our geopolitics in the game of powers and interests of global powers.

**Keywords:** geopolitics, strategy, Brazil, world scale.

---

<sup>1</sup> Faculdade Única de Ipatinga. [sidel.gea@gmail.com](mailto:sidel.gea@gmail.com).

<sup>2</sup> Universidade de São Paulo (USP). [gcca99@gmail.com](mailto:gcca99@gmail.com).

## INTRODUÇÃO

Veremos que a questão territorial do Estado Nacional brasileiro é fundamental para que possamos debater sobre a questão do Brasil no sistema geopolítico global. Por se tratar do quinto país em extensão territorial (depois da Rússia, Canadá, China e Estados Unidos), possuir grande quantidade de recursos naturais, hídricos, ambientais e demográficos faz com que nosso país assuma protagonismos em relações geopolíticas de diferentes dimensões e interesses, bilateralmente ou em blocos geopolíticos diversos.

Ao pensarmos na questão geopolítica nos dias atuais é preciso que façamos um esforço de atualização dos seus principais temas de ocorrência e recorrência temática e, desta forma, o panorama brasileiro torna-se ainda mais relevante, por possuir em seu íterim geopolítico questões como as reservas de água potável, combustíveis fósseis, diversidade geoambiental, ações relacionadas às agendas globais de conservação e preservação do meio ambiente, dentre outras situações de interesse global que permeiam as principais discussões geopolíticas contemporâneas.

Veremos justamente essa questão de como, em um primeiro momento, a geopolítica brasileira traça e compõe seus principais pontos definidores interna e externamente. E, num segundo momento, teremos, especificamente, a questão da geopolítica nacional brasileira posicionada no jogo de poderes e interesses das potências globais, especialmente a partir do final do século XX e início do século XXI, bem como o papel do Brasil nesse contexto.

Diferentes autores foram consultados, junto a seus conceitos, teorias e fundamentações a respeito da geopolítica, para que pudéssemos aprofundar a temática do posicionamento brasileiro no sistema geopolítico global. Coloca-se essa observação, no tocante ao comentário de Castro (1999), sobre a Geografia Política e a Geopolítica, que transitaram na historiografia política, econômica e cultural brasileira ao longo dos séculos de maturação de nossa identidade geopolítica: “Para diferenciar uma da outra podemos dizer que a Geografia Política é como a fotografia, portanto, estática; enquanto a Geopolítica é como o filme, tem movimento, é dinâmica” (CASTRO, 1999, p. 23).

Teremos, então, este caminho a percorrer, de modo a relevar os elementos constituintes da identidade geopolítica brasileira e, principalmente, o seu alinhamento aos interesses territoriais, políticos e econômicos globais, encontrados e interligados aos aspectos territoriais do Estado nacional brasileiro.

## GEOPOLÍTICA BRASILEIRA

O principal objeto de estudo da geopolítica são as relações de poder nos territórios componentes dos diferentes estados nacionais e, eventualmente, nações ou povos, no sistema global de forças estatais. Tais forças geopolíticas são formadas por interesses, objetivos, estratégias de desenvolvimento e crescimento econômicos, questões culturais e ambientais, situações pretéritas ou projeções de futuros de médio ou longo prazo, alianças e distanciamentos, entre outros (ANDRADE, 2001; CASTRO; GOMES; CORRÊA, 1995; TOSTA, 1984).

Para que possamos compreender a geopolítica brasileira no cenário mundial é preciso que façamos um breve resgate teórico-conceitual do próprio entendimento da potência territorial como referência epistemológica nos estudos geopolíticos, para que possamos avançar nos aspectos constituintes da geopolítica brasileira (ARRIGHI, 1996; CASTRO, 2005). Desse modo, de acordo com Santos (2002, p. 9), na perspectiva geográfica das relações de poder e na própria geografia como ciência, o território:

[...] alcança neste fim de século a sua era de ouro, porque a geograficidade se impõe como condição histórica, na medida em que nada considerado essencial hoje se faz no mundo que não seja a partir do conhecimento do que é Território. O Território é o lugar em que desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas, isto é onde a história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações da sua existência. A Geografia passa a ser aquela disciplina mais capaz de mostrar os dramas do mundo, da nação do lugar.

Na mesma linha de raciocínio de Santos (2002), dispomos do pensamento do francês Raffestin (1993, p. 144), que nos faz o seguinte alerta teórico-conceitual: “[...] evidentemente o território se apoia no espaço, mas não é o espaço. É uma produção, a partir do espaço”. O autor coloca a ressalva do território como desmembramento metodológico e conceitual da própria noção de espaço geográfico, pelo fato de, no entendimento do que é território já estarem presentes, de forma imbricada e inerente, questões de natureza histórica, cultural, política e econômica, que fomentarão toda a base do entendimento e problematização da geopolítica. Para tanto, recorreremos à lição de Raffestin (1993, p. 143), a qual nos ensina que:

É essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator “territorializa” o espaço. [...] O território, nessa perspectiva, é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder.

E o território, nesses termos colocado pelo autor, será tanto o protagonista como o ponto centrípeto ao qual todas as questões geopolíticas se voltarão em alguma medida, já que a geopolítica passa a ser a consciência geográfica e territorial do Estado, sua materialização e incorporação das estratégias de poder, controle e desenvolvimento nacional, como nos evidencia as contribuições de Castro (1999, p. 25), a saber: “Convertida na consciência geográfica do Estado, a Geopolítica pode prestar serviços às causas da guerra como também às da paz, desde que adequadamente formalizada”. Ainda de acordo com a visão dessa pesquisadora, a geopolítica “Poderá, assim, traçar metas para um bom governo fundamentando suas diretrizes no setor da integração, no aproveitamento sistemático de seu espaço e posição” (CASTRO, 1999, p. 25).

A Geografia Política trata de questões das ações do Estado, em diferentes níveis de poder, local, regional, nacional ou global (blocos regionais), especialmente no que tange ao planejamento e intervenções de natureza econômica. Já a Geopolítica diferencia-se da Geografia Política por possuir como principal foco a questão do território como fonte de poder para os Estados nacionais, desde o início de desenvolvimento deste campo de estudos, ou seja, das fronteiras e limites do espaço geográfico e sua relação com os interesses estatais.

As dimensões espaciais dos fatos do poder foram negligenciadas. A geografia política voltou-se prematuramente para a análise do Estado e não soube dissecar as engrenagens dos governos e sua articulação sobre a sociedade civil. A parte de influência, autoridade e poder que existe na sociedade civil à margem das estruturas propriamente políticas foi esquecida pela maioria dos sociólogos e economistas e exagerada pelos marxistas que, em certa medida, negaram a importância do Estado, elemento da superestrutura, tratado com um desprezo um pouco altaneiro. Uma visão justa dos problemas implica que a extensão e a distância sejam levadas em conta em toda interpretação dos elementos sociais, e que seja concedido um lugar às assimetrias das arquiteturas sociais (BURDEAU, 2005, p. 215).

Os conflitos de interesses entre os Estados nacionais, portanto, definem, estruturam e direcionam os estudos e desenvolvimento das temáticas geopolíticas. Em cada caso específico, a depender do ponto de referência geográfico em que se esteja localizada a análise, observaremos nichos de discussões geopolíticas, como ocorre, por exemplo, em situações energéticas, ambientais ou de recursos naturais no Brasil, por exemplo. Essa definição dos temas geopolíticos pode ser observada nas colocações de Castro (2005, p. 41):

[...] é possível afirmar que as questões e os conflitos de interesses, surgem das relações e se territorializam, ou seja, materializam-se em disputas entre esses grupos e classes sociais para organizar o território da maneira mais adequada aos objetivos de cada um, ou seja, do modo mais adequado aos seus interesses. Essas disputas no interior da sociedade criam tensões e formas de organização do espaço que definem um campo importante da análise geográfica. Neste sentido, podemos indicar que é na relação entre política – expressão e

modo de controle dos conflitos sociais – e o território – base material e simbólica da sociedade – que se encontram os temas e questões do campo da geografia política.

Não é por acaso, por conseguinte, que na situação brasileira, observamos sempre um direcionamento das temáticas geopolíticas para tons mais ufanistas em relação ao território nacional, especialmente na questão de sua extensão e riqueza de recursos como fonte de poder do Estado brasileiro. Essa retórica geopolítica possui origem ainda no período colonial e foi se reinventando nas fases de políticas e de governos centrais no Brasil.

Demarcamos que no período histórico do final do século XIX e início do século XX, o Brasil estava em uma fase de afirmação e materialização de suas principais, e algumas atuais, fronteiras. O movimento geopolítico desse período era voltado a uma visão de organização interna desses limites territoriais, para posterior fase de abertura internacional e parcerias econômicas na fase industrial brasileira, nas primeiras décadas do século XX.

Já no final do século XVIII, muitas transformações foram conduzidas por inquietações políticas e disputas de poder no território brasileiro. O inconformismo com a política de Portugal marcou significativamente esse tempo de revoltas em prol da separação com a metrópole portuguesa. A título de exemplos expressivos, podemos citar, dentre outros, as conjurações de Minas Gerais (1789), Rio de Janeiro (1794), Bahia (1798) e Pernambuco (1801).

Como consequência dessas forças separatistas e conflitos de interesses das elites locais e suas relações com Portugal, a independência política do Brasil aconteceu em 1822, porém sua independência não afetou a constituição do território brasileiro. Destacamos que, durante o período imperial, de 1822 a 1889, o principal desafio imposto foi a manutenção e consolidação da unidade territorial em face das revoltas locais.

É preciso que tenhamos claro que os interesses do Estado estão voltados para a potência do território como fonte, referência e foco do poder das instituições estatais. Assinalamos, ainda, que no período imperial e ainda no início da fase republicana brasileira houve um movimento de fortalecimento interno das fronteiras nacionais, que podem ser observadas em seu processo de maturação configurado espacialmente.

Esse interesse e centralização dos recursos naturais, assim como, de modo especial, os interesses de grupos hegemônicos na estabilização territorial é instituído como foco dos pensadores geopolíticos, os quais eram compostos sobretudo por militares, até o início do século XX. Compartilhamos que, em relação ao território brasileiro:

A preocupação central dos geopolíticos brasileiros e dos tecnoburocratas, em relação às políticas territoriais, passava pela construção de vias de circulação e pela exploração, à exaustão, dos recursos naturais, desde a mineração até o uso do solo. Ora, em todos esses aspectos está presente a questão da técnica. O próprio conceito de recurso natural, como

fator de uso que uma riqueza natural adquire perante as necessidades de certo grupo social, já traria à baila o conceito de circulação, pois a produção – exatamente para adquirir significado econômico – exigiria movimento, contato, deslocamento e troca social (BOMFIM, 2007, p. 31).

Podemos assinalar que no Brasil houve um movimento de estabilização das questões de fronteira internas do Estado nacional brasileiro, para posterior ação geopolítica no campo externo, em parcerias bilaterais ou em blocos econômicos específicos. E, as atuais fronteiras do Brasil, após todo o período de afirmação territorial perpassado ao longo do século XIX, principalmente. No Quadro 1, podemos nos aprofundar nas principais fases geopolíticas brasileiras, muitas vezes mais voltadas ao planejamento territorial propriamente dito, para posterior foco geopolítico nacional.

**Quadro 1: fases da geopolítica brasileira**

Fase	Período	Características
Colonial	Séculos XVI, XVII, XVIII e início do século XIX	Neste período, o Brasil vivia o seus grandes ciclos econômicos do início da exploração portuguesa, especialmente em produtos como pau-brasil (de forma seminal nas primeiras décadas do século XVI), e principalmente cana-de-açúcar e ouro, este último fortalecendo em grande medida o papel do Estado no controle do território brasileiro.
Imperial	Século XIX	A fase imperial da geopolítica nacional brasileira esteve voltada, principalmente, para dois pontos principais, o estabelecimento das fronteiras internas, em conflitos regionais, nacionalistas ou separatistas, e a afirmação do Brasil como referência de poder territorial na América do Sul, em ações tanto de D. Pedro I como D. Pedro II.
Republicana (Café com Leite)	De 1889 até 1930	Nesta fase geopolítica, a retórica militar já estava presente na elaboração das estratégias estatais para o território brasileiro, especialmente do ponto de vista econômico, com a centralização das decisões geopolítica partindo de estados como São Paulo (fazendeiros de café) e Minas Gerais (produção de leite e derivados), e numa visão não industrial de fortalecimento do território brasileiro.
Republicana (Estadonovista)	De 1930 a 1945	Este período da geopolítica nacional foi marcado, principalmente, pelo fortalecimento das empresas estatais de extração dos recursos naturais como ferro, petróleo e, também, em campanhas tanto de fortalecimento industrial como de exploração do interior do Brasil, uma das bandeiras de governo de Getúlio Vargas e sua Marcha para o Oeste.
Desenvolvimentista	De 1945 a 1963	Período marcado pelo crescimento da indústria automobilística, a construção de Brasília e afirmação do Brasil como nova referência industrial no cenário mundial, por meio das ações estatais de desenvolvimento territorial promovidas por Juscelino Kubitschek, por exemplo, por meio das superintendências regionais nesta fase das questões políticas e territoriais brasileiras.
Integralis	De 1964	A retórica militar brasileira faz um movimento de evolução da geografia política, mais forte

ta	a 1985	anteriormente em relação ao território nacional, para uma visão mais geopolítica, ou seja, de alinhamento do território como fonte de poder nacional. A visão integralista possui sua fonte nas principais teorias geopolíticas do início do século XX, de união, centralização e desenvolvimento econômico do país, em referência aos cenários bélicos da defesa nacional observado do início da primeira guerra mundial até o auge da Guerra Fria, com início das preocupações ambientais nas questões geopolíticas brasileiras.
Republicana (Redemocratização)	De 1985 aos dias atuais	Na redemocratização brasileira, no final do século XX, o principal aspecto geopolítico do estado brasileiro foi a aproximação de seus parceiros regionais, como foi o caso do Mercosul e, também, na adoção da agenda neoliberal como fonte de desenvolvimento de novas parcerias globais, com blocos como União Europeia, países asiáticos e Estados Unidos e, também, o fortalecimento comercial brasileiro no cenário geopolítico global, havendo diferenciações destes direcionamentos, a depender das posições político-ideológicas em vigência no governo federal, e forte crescimento do papel das questões ambientais na geopolítica brasileira.

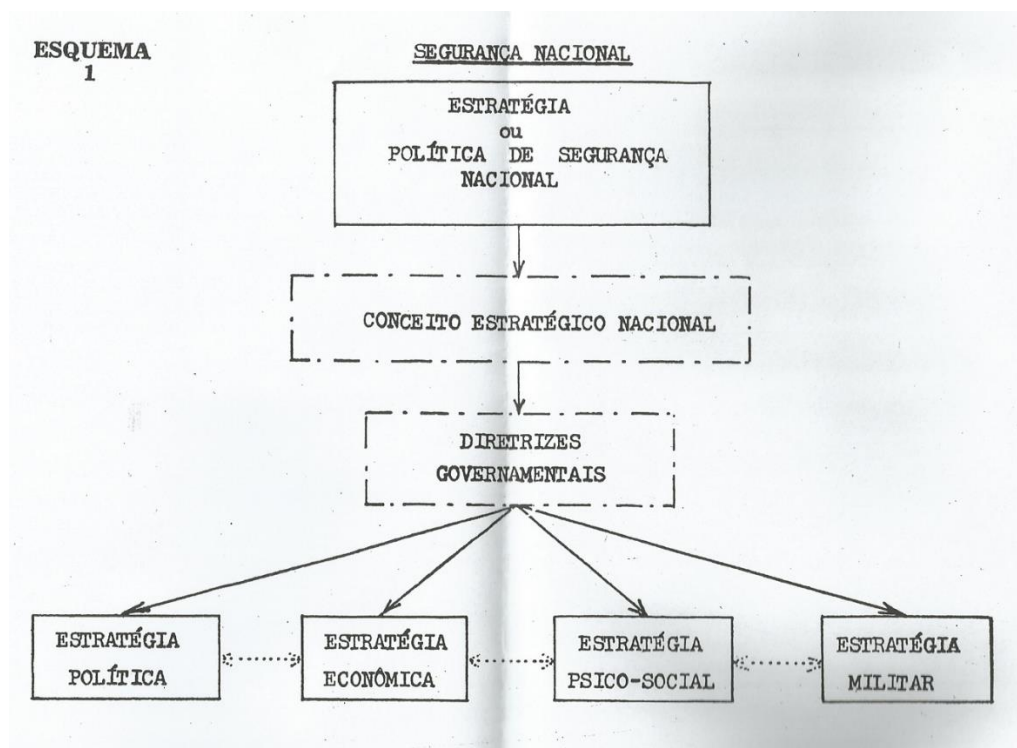
Fonte: Os autores.

O amadurecimento geopolítico brasileiro, como observado no Quadro 1, ocorreu principalmente a partir da República Velha, e as fases do Estado Novo e governos desenvolvimentistas e militares. A estabilidade geopolítica interna permitiu que o Brasil, especialmente ao longo da segunda metade do século XX, voltasse sua atenção para o seu papel de referência territorial no âmbito da América do Sul:

A preocupação dos primeiros geopolíticos brasileiros com a unidade política do território não desaparece, mas ganha um novo significado, traduzido na preocupação de acompanhar as transformações recentes verificadas no Brasil: é o desenvolvimento econômico, integrando verdadeiramente o território nacional (VLACH, 2003, p. 9).

A geoestratégia militar já demonstrava esse percurso de desenvolvimento como pode-se constatar nas figuras 1 e 2:

### **Figura 1: a segurança nacional**



Fonte: Couto e Silva (1981, p. 26)

Percebe-se, tanto na Figura 1 como na Figura 2, o esforço teórico e metodológico por uma definição da geopolítica brasileira, muitas vezes promovida por militares e teóricos ligados, por exemplo, à Escola Superior de Guerra ou a órgãos de comando e planejamento geoestratégico nacionais do governo, como reitera Vlach (2003, p. 7): “[...] o princípio número um da ESG explicita que a segurança nacional é função, antes de mais nada, “do potencial geral da nação”, não se limitando ao seu potencial militar”. E reforça a autora que: “Ao longo dos anos, essas reflexões levaram ao aparecimento de uma doutrina brasileira de segurança nacional. E o objetivo da ESG é o de formar as elites dirigentes civis e militares, preparando-as para a implantação dessa doutrina” (VLACH, 2003, p. 7).

O Brasil com o Uruguai e Argentina, integrados na Região Natural Atlântica, se beneficiam do melhor posicionamento nesse oceano. Mas o Brasil, que alia o seu posicionamento à presença, é o único país do continente sul-americano a contatar com as demais Regiões Naturais, como múltiplo vetor (CASTRO, 2012, p. 30).

Atualmente, o Mercosul, originalmente idealizado em 1991 por meio do Tratado de Assunção, e oficialmente fundado em 1994, tem como prerrogativa o alinhamento de relações comerciais unificadas entre os países que compõem o chamado Cone Sul da América Latina. Seus atuais membros são: Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai. Há também membros associados compostos por Chile, Bolívia, Peru, Colômbia e Equador e, atualmente, a Venezuela encontra-se suspensa em suas relações comerciais e diplomáticas no bloco.

A agenda política do MERCOSUL abrange um amplo espectro de políticas governamentais tratadas por diversas instâncias do Bloco, que incluem reuniões de ministros, reuniões especializadas, foros e grupos de trabalho. Os Estados Partes e Estados Associados promovem cooperação, consultas ou coordenação em virtualmente todos os âmbitos governamentais, o que permitiu a construção de um patrimônio de entendimento e integração de valor inestimável para a região (MRE, 2020, s.p.).

Autores como Andrade (2001), Tosta (1984) e Castro (2010) observam em seus trabalhos como o papel de protagonismo regional da geopolítica brasileira possui especial atenção dos teóricos da geoestratégia, na esteira do desenvolvimento do bloco regional formado pelos países do Mercosul. Em um dos seus trabalhos, Castro (1976) aponta o poderio de força geopolítica do Brasil não apenas no Cone Sul, mas também no território antártico objeto de disputa de interesses econômicos e territoriais, conforme disposto na Figura 8.

**Figura 2: O Brasil no Cone Sul**



Fonte: Castro (1976, p. 72)

A Figura 2, de Therezinha de Castro (1976), uma das teóricas da Escola Superior de Guerra, evidencia esse amadurecimento conceitual de uma base geopolítica nacional brasileira, que diz respeito à localização geopolítica brasileira no jogo de interesses globais. A autora defendia tanto o fortalecimento da importância e protagonismo do Brasil na América do Sul, como também teorizou e defendeu o papel do Estado nacional brasileiro na defesa de seus interesses econômicos e políticos em relação ao território antártico. A busca pela referência de poder estatal, econômico, cultural, histórico e bélico no âmbito da América do Sul, no caso brasileiro, é uma forma de estabelecer e afirmar essa identidade geopolítica brasileira na região.

A fundação do BRICS, em 2006, bloco econômico formado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul obedece a esta curva de desenvolvimento da identidade geopolítica brasileira, ou seja, inicia-se desde a estabilização de suas fronteiras internas, até o início do século XX, passa por um cenário de expansão e protagonismo regional na América do Sul ao longo da segunda metade do século XX, e acaba por expandir-se em uma agenda global do pensamento geopolítico contemporâneo de formação de blocos de países economicamente semelhantes por meio do BRICS:

O BRICS é o agrupamento formado por cinco grandes países emergentes - Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul - que, juntos, representam cerca de 42% da população, 23% do PIB, 30% do território e 18% do comércio mundial. O acrônimo BRIC foi cunhado em 2001 pelo banco de investimentos Goldman Sachs, para indicar as potências emergentes que formariam, com os Estados Unidos, as cinco maiores economias do mundo no século XXI. Em 2006, os países do BRIC deram início ao diálogo que, desde 2009, tem lugar nos encontros anuais de chefes de Estado e de Governo. Em 2011, com o ingresso da África do Sul, o BRICS alcançou sua composição definitiva, incorporando um país do continente africano. Desde o início de seu diálogo, os países do agrupamento buscaram estabelecer governança internacional mais condigna com seus interesses nacionais, por meio, por exemplo, da reforma de cotas do Fundo Monetário Internacional, que passou a incluir, pela primeira vez, Brasil, Rússia, Índia e China entre os maiores cotistas (BRICS BRASIL, 2019, s.p.).

Seguindo as periodizações de Castro (1999), observamos que nos dois casos da identidade regional e global da geopolítica brasileira, representada, respectivamente, pelo Mercosul e BRICS, nos traz elementos tanto da ação do Estado no território, campo dos estudos de Geografia Política, como também do território como fonte de poder do Estado nacional, nesse caso o escopo principal dos estudos geopolíticos. De acordo com Therezinha de Castro (1999, p. 23), temos, portanto, o seguinte panorama teórico-conceitual que vai ao encontro do que vimos até aqui:

Ciência da vinculação geográfica dos acontecimentos políticos, a Geopolítica tem por objetivo principal o aproveitamento racional de todos os ramos da Geografia no planejamento das atividades do Estado, visando a resultados imediatos ou remotos. Em razão disto, a Geopolítica pode ser considerada como um estudo dos precedentes históricos em função dos ambientes geográficos.

Veremos, a seguir, que este princípio do aproveitamento racional dos recursos e poderio territorial, no caso brasileiro em sua relação à geopolítica global, encontra-se atualmente correlacionado, principalmente às agendas energética e ambiental dos sistema geopolítico mundial.

O BRICS, portanto, demonstra uma das últimas fases de desenvolvimento da geopolítica nacional brasileira, iniciada ainda em seu período colonial, e permeada de fases, movimentos, ações e decisões do Estado brasileiro em relação ao seu território como fonte de poder e interesses geopolíticos nacionais.

Os países que compõem o BRICS representam a inserção, de fato, do Brasil em um bloco econômico regional, de alcance global, no jogo de forças geopolíticas mundiais. Por se tratar de países com potencial similar ou equivalente ao brasileiro, com exceção da Índia e China, o Brasil possui, junto a estes Estados nacionais, um bloco robusto na geopolítica mundial, formado pela relação de interesses e poderios territoriais na contemporaneidade.

## **BRASIL E GEOPOLÍTICA MUNDIAL**

Vimos como o BRICS é o passo mais atual da configuração geopolítica brasileira, ou seja, é nessa perspectiva de projeção global que devemos voltar nossos estudos, neste momento. Vimos, também, que a primeira inserção da geopolítica brasileira fortemente no cenário global se deu por meio do Mercosul, fundado em 1994, num período de fortalecimento da democracia brasileira, após os eventos da ditadura militar, por duas décadas de controle do Governo Federal.

Nas figuras 3 e 4, expomos como ponto de partida o avanço conceitual e a importância da questão geoestratégica na conformação geopolítica brasileira. Na Figura 3, fruímos a organização das estratégias geopolíticas nacionais, a partir do ponto de vista, ainda integralista, dos militares na década de 1970 e, posteriormente, na Figura 4, Becker (1974) nos apresenta uma visão da mesma visão geoestratégica nacional, tendo como referência principal as questões dos recursos naturais brasileiros, que viriam a se tornar o principal foco de nossa agenda geopolítica global no século XXI.

### **Figura 3: estratégia, geopolítica e geoestratégia**

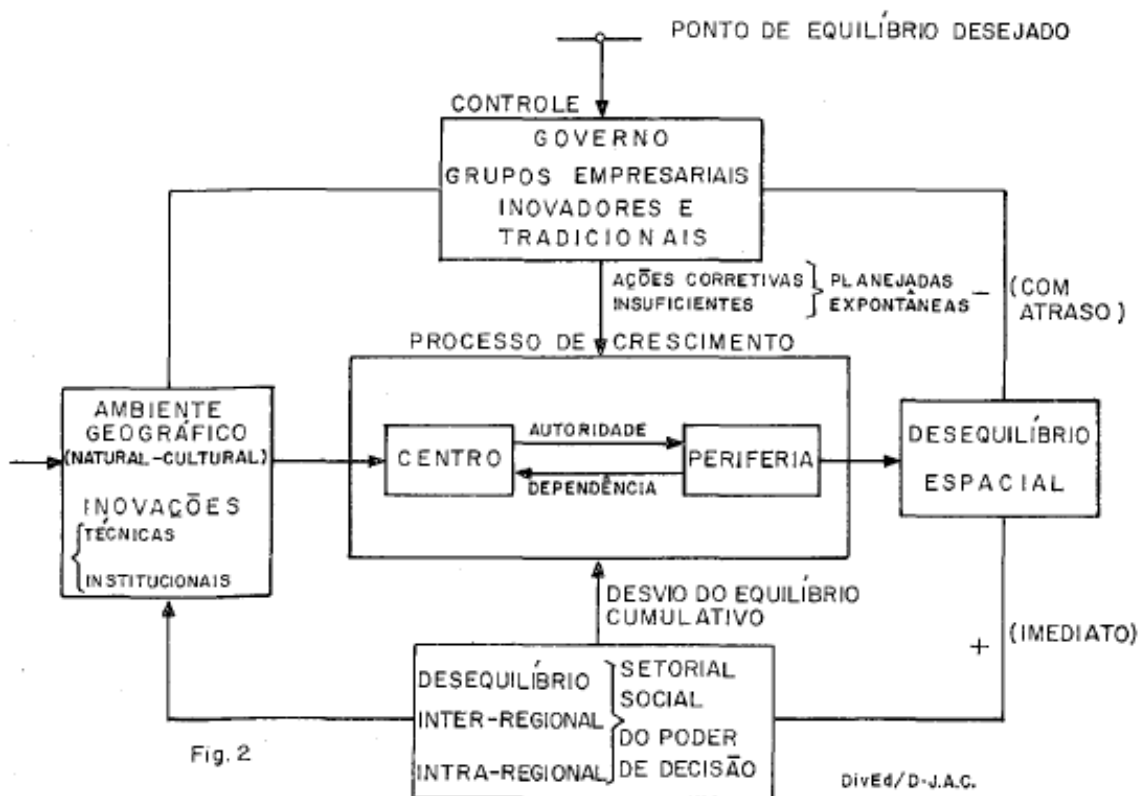


Fonte: Couto e Silva (1981, p. 103)

É preciso que pensemos o posicionamento do Brasil, geopoliticamente, no xadrez dos poderes e interesses dos Estados nacionais ao redor do globo. Veremos, posteriormente, alguns dos principais pontos-chave deste cenário geopolítico mundial e papel do Brasil em algumas de suas principais questões. Essas questões, da abertura do planejamento geopolítico e geoestratégico também foram tratados, anteriormente aos tempos atuais, por Becker (1974), como visto na figura seguir:

**Figura 4: proposta de equilíbrio regional**

## ESQUEMA – SISTEMA ESPACIAL – HIPÓTESE ALTERNATIVA PARA O BRASIL



Fonte: Becker (1974, p. 5)

Do resgate do referencial epistemológico e conceitual presente em Becker (1974) e Couto e Silva (1981), bem como nos demais autores trazidos até este momento, podemos avançar no debate dos temas geopolíticos que conectam o Brasil ao jogo de poderes, interesses e forças políticas, ideológicas e econômicas, entre os diferentes territórios globais.

Veremos, portanto, temas envolvendo a questão da água, as riquezas naturais e geoambientais brasileiras, a agenda climática e nuclear, e as parcerias econômicas contemporâneas que moldam e influenciam boa parte das decisões geopolíticas brasileiras, especialmente no que tange ao papel protagonista brasileiro em questões de impacto global envolvendo interesses ambientais, principalmente.

A relação geopolítica e geoestratégica entre os países centrais e periféricos do sistema global de poderes territoriais envolve a busca pelo equilíbrio espacial dos interesses geopolíticos. Observamos dois grandes promotores geopolíticos de interesse econômicos, comerciais, bélicos e de influência nos rumos da geopolítica global contemporânea: China e Estados Unidos.

Ressalta-se, portanto, que o Brasil possui relações geopolíticas com ambas as potências, e os temas trazidos como aprofundamento do papel geopolítico brasileiro em nível global alinha-se, em grande parte, aos interesses desses grandes representantes dos Estados nacionais ou de blocos econômicos de grande porte, como a União Europeia.

Muitos dos interesses envolvendo os países da União Europeia em relação ao Brasil se dão na posição central do país no debate ambiental da atualidade. Geopoliticamente, portanto, o Estado nacional brasileiro assume um papel de protagonismo em ações que sejam voltadas ao comprometimento e referência em relação a recursos naturais, fontes energéticas, biodiversidade, e uso consciente das reservas geoambientais do planeta.

Temos um dos pontos cruciais da geopolítica global contemporânea, que são os combustíveis fósseis. Neste contexto, o Brasil e seu papel no sistema geopolítico atual possui um importante papel de protagonismo nas relações comerciais envolvendo tais recursos. Apesar de não possuir o melhor óleo de consumo e comercialização global, o Brasil vem desenvolvendo importantes tecnologias de extração de petróleo em campos marítimos, de modo a aprimorar e exportar tais tecnologias para grandes potências do setor.

No pensamento geopolítico brasileiro, como ressaltado no presente, em autores como Couto e Silva (1981), Castro (1999; 2005), Arrighi (1996) e Tosta (1984) encontramos o âmbito estratégico do território como foco principal. A geoestratégia, nesse caso, molda-se, a depender do papel ou panorama de recursos presentes no território de determinado Estado nacional, como ressalta Couto e Silva (1981, p. 102):

O âmbito estratégico, por mais amplo que venha a ser nas épocas de intranquilidade geral e ameaças onipresentes, é, pois, bem mais restrito sempre que o político. Igual a este é, no entanto, o campo da Geopolítica, a qual não se distingue, por conseguinte, pela amplitude de seus fins, antes pela natureza de seu método, concentrado, com ênfase especial, na análise e interpretação dos fatores geográficos de base. E como a Estratégia se inscreve na Política, a Geoestratégia integra, por sua vez, a Geopolítica.

A floresta Amazônica brasileira é foco de algumas das principais agendas ambientais da geopolítica global contemporânea. Lembremos que 60% da totalidade do bioma amazônico se encontra em território brasileiro, fomentando o papel de protagonismo geoambiental do Brasil nas principais tratativas internacionais que possuem a Amazônia como foco de seus interesses.

Conforme nos problematiza Myamoto (1981), ainda no final do século XX, e também Becker (1974), o direcionamento geoestratégico da região amazônica no sistema geopolítico global, o que observamos é o papel central dos recursos naturais da região nas mesas de negociações globais a respeito da valorização e potencial de exploração desses recursos não apenas pelo Brasil, mas por outras potências globais e conglomerados internacionais, representados por essas potências

geopolíticas: “A região amazônica assumiu importância: a partir de então inúmeras foram as análises realçando o seu valor econômico, político e estratégico” (MYAMOTO, 1981, p. 81).

A Amazônia Legal corresponde à área de atuação da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM delimitada no Art. 2º da Lei Complementar n. 124, de 03.01.2007. A região é composta pelos Estados do Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins e Mato Grosso, bem como pelos Municípios do Estado do Maranhão situados ao oeste do Meridiano 44º. Possui uma superfície aproximada de 5.217.423 km<sup>2</sup>, correspondente a cerca de 61% do território brasileiro (IBGE, 2014, s.p.).

A questão do desmatamento da Amazônia brasileira se torna, dessa maneira, um ponto central no debate geopolítico regional em se tratando de América do Sul e global, se observamos os movimentos e ações de países centrais da geopolítica global em relação à agenda de conservação da riqueza da biodiversidade na região, que trata da extensão do desmatamento nessa região do país.

Se resgataremos as orientações epistemológicas apresentadas neste artigo, lembraremos da questão de como a elaboração de geoestratégias para o território nacional são fundamentais na conformação geopolítica de um Estado nacional. No caso da floresta Amazônica, o que temos é um foco em seu papel de centralização do foco de ações em uma possível *hinterlândia* regional na América do Sul (BECKER, 1974; MYAMOTO, 1981; COUTO E SILVA, 1981; TOSTA, 1984).

Parte dos distúrbios e desencontros geopolíticos entre Brasil e blocos econômicos como União Europeia sobre a Amazônia ocorrem justamente por questões envolvendo as ações do Estado brasileiro perante tais problemas, que gerariam um impacto negativo não apenas para o território global, e não apenas na extensão nacional das fronteiras brasileiras.

Assim conceitua Becker (1974), a visibilidade, preocupação e interesse econômico na região amazônica possui, especialmente, esse protagonismo geopolítico global como referência de sua elevação a esse panorama de importância entre as forças das potências locais e regionais do poder territorial no mundo contemporâneo:

Porção mais setentrional, mais larga e interiorizada do território brasileiro, participando amplamente da massa continental sul-americana - o Heartland - é a área mais distante da costa, fato desfavorável num país que se forjou orientado para o mar. Tais dimensões e posição situam-na igualmente a maiores distâncias dos focos de comando da expansão econômica: a metrópole e suas pontas de lança representadas por Salvador e Rio de Janeiro, no passado, e hoje por São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília. A posição equatorial, resultando em fantástica massa florestal, aliada à impossibilidade de navegação no alto curso encachoeirado dos tributários da margem direita, por sua vez, não favoreceram as ligações terrestres. Tem a Amazônia, portanto, uma posição extrínseca em relação ao bloco uno constituído pelo Planalto Brasileiro, aproximando-se dos domínios do Caribe e dos Andes. Em contrapartida, a fabulosa massa de água do Amazonas, com sua disposição transversal, permite a penetração do mundo marítimo até o âmago do *heartland* sul-americano, assegurando a sua vinculação com o Atlântico (BECKER, 1974, p. 6).

A esta reflexão de Becker (1974) soma-se os importantes argumentos de Moreira (2011) sobre como a agenda ambiental, e as grandes reservas de recursos naturais brasileiros impactam, diretamente, a construção de um papel central e de protagonismo do Estado nacional brasileiro em relação a esses recursos:

Brasil está prestes a entrar em guerra? O Brasil tem algum inimigo declarado? Com certeza, a resposta será negativa. Em um cenário de curto e médio prazo, repetem-se as perguntas anteriores. E num cenário de longo prazo? Acredita-se que as respostas continuarão negativas. Então, para que se preocupar com mobilização nacional, se há outras medidas bem mais importantes e necessárias a serem providenciadas? O Brasil é um país de dimensões continentais que ocupa uma área de 8.514.876,599 km<sup>2</sup> (47% da América do Sul) e possui inúmeras riquezas. Pode-se destacar a Amazônia, com sua fauna, flora, biodiversidade, recursos minerais, além de possuir o maior banco genético do planeta. O Brasil é banhado pelo oceano Atlântico, também denominado Amazônia Azul, com suas riquezas incomensuráveis, sendo que o chamado pré-sal está hoje em evidência. Cerca de 95% das trocas comerciais brasileiras são realizadas pelo oceano Atlântico. Existe muita água doce no país. Há inúmeros rios, além dos aquíferos Alter do Chão e Guarani. Dizem alguns analistas que a água doce será causa de guerras no futuro. A população mundial está crescendo e, com isso, necessita-se cada vez mais de alimentos. O Brasil possui bastante área agricultável, em condições de atender às demandas, a cada vez que os países vão se desenvolvendo e necessitando, conseqüentemente, de mais alimentos para seus habitantes. E muita energia considerada limpa: muita água, muito sol, muitos ventos. Acredita-se que esses motivos já justificam essa necessidade de se preocupar com mobilização, uma vez que o país está em pleno desenvolvimento, com objetivos claros de chegar ao patamar do Primeiro Mundo (MOREIRA, 2011, p. 99).

O Brasil possui 12% da reserva hídrica superficial potável do planeta, ou seja, nossas bacias hidrográficas representam ao menos uma a cada dez fontes de água consumível pela população mundial. As reservas hídricas também estão distribuídas na extensa rede hídrica brasileira, em bacias hidrográficas de grande porte como a amazônica, do rio Paraná e Rio São Francisco, fortalecendo ainda mais o papel de destaque ao território brasileiro em relação a este recurso natural tão caro no consumo demográfico global.

Ressalta-se, no entanto, que o fato de possuímos grandes reservas de tais recursos, como florestas e água doce, o ufanismo territorialista ainda se torna um grande obstáculo para que a agenda ambiental brasileira se conecte com as demandas de conservação e preservação globais.

Situações de impacto ambientais também no âmbito hidrográfico são recorrentes, como os casos de Brumadinho e Mariana, em Minas Gerais, ou então os grandes rios urbanos, como o Tietê, na grande São Paulo, que por décadas são assolados por mal uso, consumo e poluição. Especialmente no que se refere aos grandes rios brasileiros, é preciso que lembremos, também, da forte especulação e pressão econômica de conglomerados econômicos de produção de energia por meio de barragens, construídas, muitas vezes, sem um estudo preciso dos impactos ambientais e riscos destas para as populações e comunidades próximas as suas instalações, apesar dos esforços governamentais na promoção do uso consciente da água potável em nosso território.

O ambiental, político, econômico, cultural e social somam-se em uma mesma agenda de proporção global, no que tange à temática da reserva mundial de água potável. A médio prazo, o acesso, o uso e o desperdício dessa grande fonte de recursos hídricos ficará em posição crítica não apenas no Brasil, mas despertará o interesse e, eventualmente, o poder de intervenção, especialmente econômico, de grandes empresas globais, blocos comerciais ou potências geopolíticas sobre a importância dos recursos hídricos brasileiros no cenário global.

Além das reservas de consumo de água potável no território brasileiro, ainda temos toda uma questão geopolítica específica do Estado nacional brasileiro envolvendo o tema da Amazônia Azul, ou as águas oceânicas brasileiras, sua biodiversidade, potencial econômico e, também, as reservas de petróleo encontradas nos limites territoriais do além-mar nacional, em toda a costa brasileira, conforme visto na figura a seguir:

O Estado nacional brasileiro histórica, geográfica e geopoliticamente possui seu desenvolvimento atrelado ao seu poderio territorial marítimo. Isso posto, a questão da Amazônia Azul destaca-se, amplamente, como um panorama de força geopolítica ambiental ainda maior do Brasil frente aos interesses mundiais em relação a esses recursos na composição do sistema geopolítico global.

Recentemente, a Amazônia Azul recebeu especial atenção dos meios de comunicação devido aos grandes vazamentos de óleo que atingiram a costa atlântica que banha o Brasil. A demora do Governo Federal em agir, conjuntamente, com entidades municipais e estaduais, bem como o impacto econômico e da imagem de comprometimento nacional com a questão em si, fomentaram um grande debate internacional sobre a importância das reservas de biodiversidade brasileira nesta região de nosso território, especificamente, como observado na figura. A Amazônia Azul, bem como toda a floresta equatorial homônima no território brasileiro, compõem este cenário global da geopolítica ambiental contemporânea.

A questão ambiental encontra sua dimensão geopolítica em [...] respeito à escassez de recursos cruciais para a sobrevivência humana. Quando tais recursos começarem a faltar para as populações dos países desenvolvidos do norte, os vácuos de poder localizados na América Latina, África e Ásia são (e serão) alvos da ocupação econômica ou mesmo de intervenções militares. Esta é uma situação potencial que não deve ser ignorada, em primeiro lugar por que o mundo já testemunhou experiências como estas: em 1967, Israel tomou da Síria as colinas de Golan para assumir controle de nascentes de água potável; em 1963 Brasil e França mobilizaram suas marinhas para guerrear pelo pescado de lagosta nas costas brasileiras; a escassez de alimentos estimulou o ódio entre Hutus e Tutsis em Ruanda, levando o massacre dos segundos pelos primeiros. Na realidade, a escassez de recursos é um dos pontos centrais da questão ambiental moderna (MARTINS E PIANOVSKI, 2013, p. 34).

Em continuidade aos grandes temas geopolíticos que o Brasil se posiciona, globalmente, direta ou indiretamente, chegamos à agenda global nuclear. No caso do Brasil, nossa utilização

direta da energia nuclear ainda é baixa, mas nosso papel central se estabelece de outra maneira, no fornecimento da matéria-prima, o urânio, para o uso em usinas nucleares.

O Brasil possui a sexta maior reserva global de urânio, que pode ser enriquecido, para posterior utilização como fonte de energia em usinas nucleares. O fato de o território brasileiro possuir tanto deste importante recurso energético global faz com que tenhamos posição central em debates envolvendo tal temática nas questões geopolíticas mundiais.

Segundo a WNA (Associação Nuclear Mundial, da sigla em Inglês), hoje, 14% da energia elétrica no mundo é gerada através de fonte nuclear e este percentual tende a crescer com a construção de novas usinas, principalmente nos países em desenvolvimento (China, Índia etc.). Os Estados Unidos, que possuem o maior parque nuclear do planeta, com 104 usinas em operação, estão ampliando a capacidade de geração e aumentando a vida útil de várias de suas centrais. França, com 58 reatores, e Japão, com 50, também são grandes produtores de energia nuclear, seguidos por Rússia (33) e Coreia do Sul (21) (ELETROBRAS, 2020, s.p.).

E para o encerramento do posicionamento geopolítico global brasileiro na contemporaneidade, em sua maioria voltados a questões ambientais, como observamos até aqui, temos toda a agenda de temas, objetivos e ações dos estados nacionais para essa agenda ambiental global, conforme destacado nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, os ODS.

Muito do que entendemos como agenda ambiental global está pautado nesses objetivos de desenvolvimento sustentável. Esses objetivos abrangem desde questões sobre consumo consciente de bens duráveis e não duráveis até situações envolvendo direitos políticos, civis e sociais nos Estados nacionais, povos e territórios ao redor do globo, em uma perspectiva de uma nova construção social, cultural e política.

A seguir, elencamos alguns dos principais órgãos, organizações e ações globais voltadas para as duas grandes questões mais contemporâneas da geopolítica mundial, presentes no posicionamento brasileiro nesse contexto, que são as agendas ambiental e energética:

- **ODS:** são os 17 objetivos e 169 metas, que formam o conjunto de ações ambientais, energéticas, sociais, econômicas e culturais para a população mundial, a partir de 2015, como um avanço aos antigos objetivos do milênio. Os ODS compõem também a estrutura da chamada Agenda 2030, assinada por 193 países, e que possui como foco uma redefinição dos caminhos e organização dos esforços transnacionais, regionais e locais, conjuntos, traçados na direção do desenvolvimento sustentável.

- **IPCC:** Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas foi criada em 1988 com o intuito de observar, avaliar e elaborar ações e soluções com vistas a diminuir ou erradicar os impactos antrópicos causadores das transformações climáticas de nosso planeta. O fomento científico do IPCC é o principal foco de suas ações, fornecendo informações precisas e atualizadas sobre as alterações climáticas nas últimas décadas.
- **Agenda 21:** pensada como um instrumento de planejamento conjunto e organizado de ações ambientais e energéticas, foi pensada pela Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável e Agenda 21 (CPDS) na constituição de objetivos ambientais para a população mundial em 2002. Também faz parte tanto do movimento ambiental da Rio Eco 92 como também da Rio +20 que buscam atualizar, rediscutir e buscar novas soluções para os grandes problemas ambientais globais, entrelaçados, sempre, em situações geopolíticas e geoestratégicas das grandes forças econômicas e políticas mundiais.

Muitos outros tratados, acordos, conferências, dispositivos legais e ações regionais ou bilaterais são traçados e firmados entre Estados nacionais, de forma a se alinhar, afastar-se ou criar agendas locais próprias frente às grandes questões energética e ambiental na contemporaneidade, que retém a maior parte das decisões, ações e situações geopolíticas mundiais.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Todo o percurso de estudo que efetuamos até aqui possuiu como objetivo duas temáticas centrais. No primeiro momento, foram trabalhados alguns dos principais elementos históricos, geográficos, conceituais e estratégicos da contribuição e formação de uma identidade geopolítica brasileira, passando inicialmente de um período de afirmação e fortalecimento das fronteiras internas do país para posterior avanço em cenários regionais na América do Sul e Latina e em países como os BRICS, sempre assumindo papéis de protagonistas em tais situações.

Observamos, também, que a tendência de uma valorização do território como fonte de poder, no caso brasileiro, sempre esteve presente em nosso desenvolvimento geopolítico, da época colonial aos dias atuais, perpassando ora sobre um ufanismo territorial ora por uma visão mais estratégica do potencial geopolítico das fronteiras nacionais.

No segundo momento, o foco se voltou para a posição do Brasil no jogo geopolítico global e, nesse sentido, observamos que o fator ambiental e energético, já presente desde o início da formação territorial brasileira, potencializou-se fortemente devido à chegada, especialmente no

decorrer do século XX, de grandes agendas ambientais, de desenvolvimento sustentável, utilização de recursos naturais e fontes energéticas em todo o globo.

Ressalta-se que, em detrimento desses fatores territoriais de riquezas naturais e energéticas, o Brasil possui e ainda possui posição central no debate geopolítico envolvendo tais temáticas. Da energia nuclear aos recursos hídricos, da exploração do petróleo à poluição atmosférica e desmatamento, a toada ambiental avançou de forma irreversível, necessária e inegável na agenda de ações, interesses, situações e intervenções da geopolítica global.

O papel do país regional e nacionalmente, para chegarmos em um panorama de importância, relevância e poderio geopolítico ambiental e energético global, como ocorre no século XXI, em renovações de agendas dessas questões como os objetivos do desenvolvimento sustentável, o IPCC, a agenda 21 e tantas outras questões geopolíticas, pautadas nos recursos naturais que fazem com que o Brasil obtenha especial atenção neste jogo geoestratégico contemporâneo, que nos acompanhará nas próximas décadas em papel geopolítico central no cenário global.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, Manuel Correia de. **Geopolítica do Brasil**. São Paulo: Papyrus, 2001.

ARRIGHI, Giovanni. **O longo século XX: dinheiro, poder e as origens do nosso tempo**. Rio de Janeiro: Contraponto; São paulo: Ed. UNESP, 1996.

BECKER, Bertha. A Amazônia na Estrutura Espacial Brasileira. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 36, n. 2, p. 3-36, 1974.

BOMFIM, Paulo Roberto de Albuquerque. **A ostentação estatística (um projeto geopolítico para o território nacional: Estado e planejamento no período pós-64)**. Tese de Geografia. Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Universidade de São Paulo, São Paulo: USP, 2007.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Recursos hídricos**. 2020. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/desenvolvimento-sustentavel-e-meio-ambiente/176-recursos-hidricos>. Acesso em: 27 mar. 2020.

BRICS BRASIL. **O que é o BRICS**. 2019. Disponível em: <http://brics2019.itamaraty.gov.br/sobre-o-brics/o-que-e-o-brics>. Acesso em: 16 mar. 2020.

BURDEAU, Georges. **O Estado**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

CASTRO, Iná Elia de. **Geografia e Política**. São Paulo: Bertrand Brasil, 2010.

CASTRO, Iná Elias de. **Geografia e Política: território, escalas de ação e instituições**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar; CORRÊA, Roberto Lobato. **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

CASTRO, Therezinha de. **Geopolítica, princípios, meios e fins**. Rio de Janeiro. Biblioteca do Exército, 1999.

CASTRO, Therezinha de. **Rumo à Antártica**. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1976.

COUTO E SILVA, Golbery. **Planejamento estratégico**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1981.

ELETROBRAS. **Energia Nuclear**. 2020. Disponível em: <https://www.eletronuclear.gov.br/Sociedade-e-Meio-Ambiente/Espaco-do-Conhecimento/Paginas/Energia-Nuclear.aspx>. Acesso em: 16 mar. 2020.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Amazônia Legal: o que é**. 2014. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/informacoes-ambientais/geomorfologia/15819-amazonia-legal.html>. Acesso em: 16 mar. 2020.

MARINHA DO BRASIL. **Bem-vindo à Amazônia Azul**. 2020. Disponível em: [https://www.mar.mil.br/hotsites/amazonia\\_azul/index.html](https://www.mar.mil.br/hotsites/amazonia_azul/index.html). Acesso em: 16 mar. 2020.

MARTINS, Marcos Antônio Fávaro; PIANOVSKI, Diego. A dimensão geopolítica da questão ambiental. **Revista Eletrônica Pro- Docência/UDEL**, Londrina, n. 5, v. 1, jul./dez., 2013.

MMA. **Agenda 21**. 2020. Disponível em: <https://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/agenda-21>. Acesso em: 16 mar. 2020.

MRE – Ministério das Relações Exteriores. **Mercosul**. Brasília, 2020. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/integracao-regional/686-mercosul>. Acesso em: 11 mar. 2020.

MYAMOTO, Shiguenoli. Os estudos geopolíticos no Brasil: uma contribuição para sua avaliação. *In: Perspectivas*, v. 4, p. 75-92, 1981.

MOREIRA, Heleno. Mobilização nacional para que? *In: Revista da Escola Superior de Guerra*, v. 26, n. 53, p. 98-107, jul./dez. 2011.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

TOSTA, Octavio. **Teorias geopolíticas**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1984.

SANTOS, Milton. **O dinheiro e o território**. Território Territórios, Niterói: Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense / Associação dos Geógrafos Brasileiros, 2002.

VLACH, Vânia Rubia Farias. Estudo preliminar acerca dos geopolíticos militares brasileiros. *In: Terra Brasilis* [On-line], 4-5, 2003. p. 1-13.